

PARCEIROS

de Comunicação

2015

OVERVIEW

Janeiro 2015

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

"*Haverá uma brisa fresca, mas nenhuma tempestade*", respondeu recentemente o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, sobre as mudanças previstas para o ano de 2015.

A recuperação das finanças públicas da maior parte dos países da zona euro vai estar no topo das prioridades para o ano que agora começa, bem como o acompanhamento às consequências da crise de endividamento e do mau crescimento económico.

Os prognósticos económicos da União Europeia (UE) resumem-se a um modesto crescimento de 1,1% para os Estados da zona do euro. Além disso, o desenvolvimento nos diferentes países-membros continuará a ser dissonante em 2015.

Também no próximo ano, o Banco Central Europeu (BCE) vai continuar a lutar contra as consequências da crise de endividamento e do mau crescimento económico. Por esse efeito o BCE está disposto a fazer injeções maciças de capital nos mercados e na economia. Ainda não se sabe quando esse passo deverá ser tomado. A Itália faz pressão, enquanto a Alemanha prefere, como de costume, uma política fiscal contida.

O **Banco Central dos Estados Unidos** poderá fazer o contrário, aumentando as suas taxas de juro.

❖ Alemanha

A Alemanha vai continuar a sua senda de crescimento, embora a um nível de menor fulgor, enquanto a situação de outras grandes economias na área da moeda única tende a estagnar.

❖ Grécia

A crise do euro, que muitos na Europa acreditavam estar já superada, pode voltar em 2015. Caso o partido radical de esquerda Syriza, que aparece na frente nas sondagens de opinião, vença as novas eleições na Grécia, a confiança dos mercados financeiros será fortemente abalada.

❖ Rússia

No topo da agenda europeia está a crise na Ucrânia e a relação do país com a Rússia. A UE vai estar vigilante e atenta a tudo o que se passar a Leste.

Em Março próximo, a UE vai decidir sobre a prorrogação das sanções contra a Rússia – um teste inicial e sério para a coesão do bloco europeu. Actualmente, já há vozes provenientes da Itália ou Hungria que duvidam do sentido das sanções económicas, impostas após a anexação da Crimeia pela Rússia.

O arrastar da crise na zona euro tem criado uma forte desvalorização da moeda única o que, juntamente com os factores elencados, está a arrastar o euro para níveis muito baixos.

❖ **Petróleo**

A utilização do **dólar como referencial nos mercados**, numa altura em que este está mais forte, gera desequilíbrios: muitos dos produtos comprados nos mercados de matérias-primas, por exemplo, são vendidos em dólares. Este é o caso do petróleo.

Os contratos para compra e venda de petróleo são feitos em dólares, o que faz com que neste caso fiquem mais caros para os países e empresas que usam o euro. Esta situação tem consequências ao nível da aviação, transportes, indústria e agricultura.

A AIE reduziu, no período de um mês, a previsão de crescimento do consumo diário em 230 mil barris. O crescimento estimado para 2015 fica agora em 900 mil barris por dia, para um total de 93,3 milhões de barris/dia.

❖ **Ambiente**

Em 2015, a política ambiental vai desempenhar um papel central na Europa, pois, no fim do ano, Paris irá sediar a Conferência do Clima das Nações Unidas. A UE esforça-se para estabelecer metas vinculativas para a redução dos gases do efeito estufa.

O que é positivo:

As empresas que tenham os preços de venda dos seus produtos e serviços em dólares mas que estejam na zona euro, onde os seus custos são pagos em euros, beneficiam desta situação. As receitas em dólares de preços que estão fixados são convertidas em mais euros, o que resulta numa receita acrescida à empresa.

As empresas que exportam produtos domésticos em euros também podem vir a ganhar com esta desvalorização, uma vez que aos olhos dos investidores internacionais passam a ter um brilho especial: com os mesmos dólares estes investidores conseguem comprar mais produtos ou serviços, ou mais baratos que em outras empresas que tenham os seus preços fixados em dólares.

As empresas da zona euro que tiverem operações fora do espaço comunitário também podem ganhar, se tiverem as receitas em moedas mais valiosas, neste caso o dólar.

O que é negativo:

As estatísticas do Comissão Europeia e do Eurostat mostram que os Estados Unidos são o terceiro país de onde a União Europeia mais importa bens e serviços. E não são apenas os Estados Unidos a usar o dólar.

Em suma: os riscos geopolíticos, as divergências de ritmos de crescimento e a acção das políticas monetárias vão gerar volatilidade em 2015.

As acções globais devem apresentar um comportamento misto em 2015, acompanhando uma recuperação económica que avança a diferentes velocidades consoante as regiões. As acções deverão viver um ambiente incerto mas pontuado por atractivas bolsas de oportunidades que irão beneficiar especialmente os investidores capazes de analisar regiões, sectores e empresas e de seleccionar acções específicas, que vão beneficiar exactamente destes movimentos.

PORTUGAL

Portugal mantém-se, na avaliação feita pela Moody's, dentro da categoria "lixo", a um nível de sair deste patamar. Desafios são as eleições legislativas e operações como a venda da PT, Novo Banco e privatização da TAP que constituem os grandes negócios do ano.

O IGCP prevê a emissão bruta de até 14 mil milhões de euros em dívida de médio a longo prazo em 2015, para cobrir os cerca de 11 mil milhões de euros das necessidades de financiamento do ano.

O facto de o Orçamento do Estado para 2015 ser o primeiro do período Pós-Programa representa ainda uma responsabilidade acrescida, na medida em que as decisões são tomadas com maior autonomia e – por essa mesma razão – assumem maior peso.

Para 2015, prevê-se um crescimento do PIB em 1,5%, reflexo de uma contribuição positiva da procura externa líquida, bem como a manutenção do contributo positivo da procura interna.

No respeitante à procura externa, antecipa-se uma aceleração das exportações, especialmente na sua componente de serviços, bem como uma moderação das importações dado o elevado contributo da variação de existências registado no ano precedente.

Esta nova dinâmica da procura interna vem materializar a normalização da actividade económica.

A meta do défice estará entre 2,5% e 3%, valores que são encarados como viáveis e que representam uma melhoria substancial em relação a 2014 (4,8%). A inflação deverá atingir os 0,7%.

Para além de registar um défice orçamental inferior a 3%, Portugal deverá obter, em 2015, um excedente orçamental primário de 2,2% do PIB – este valor representa uma melhoria de 2,0 pontos percentuais face a 2014 e marca o registo de excedentes primários pelo terceiro ano executivo.

Após o início de uma trajectória descendente em 2014, estima-se que o rácio da dívida pública torne a diminuir em 2015, situando-se em 123,7% do PIB. A dívida pública líquida de depósitos da Administração Central deverá rondar os 118,8% do PIB no final do próximo ano, continuando a reflectir a acumulação de reservas de liquidez.

Há acordo para a revisão dos instrumentos disponíveis do Mecanismo Europeu de Estabilidade, o organismo criado pelos Estados-Membros da área do euro com um capital de €700 mil milhões

para assegurar a estabilidade dos seus membros, de modo a incluir um novo instrumento de recapitalização directa de instituições de crédito da UE.

Estes desenvolvimentos e mudanças perspectivam para 2015 um reforço das exigências de supervisão do sector financeiro e o arranque da União Bancária, com o intuito de salvaguardar de forma mais acentuada a estabilidade financeira e os interesses dos contribuintes e reduzir a fragmentação financeira na União Europeia, em particular na área do euro.

Neste quadro, a evolução do crédito é necessariamente marcada pelo impacto do reforço das regras de supervisão bancária sobre a estrutura de capital dos bancos, a liquidez disponível e rácios de solvabilidade.

Em paralelo, o processo de desalavancagem ainda em curso resulta no ajustamento dos balanços dos bancos, das empresas não financeiras e famílias.

Nas previsões do Banco de Portugal estão compreendidos alguns factores macroeconómicos que condicionam a taxa de variação do PIB, nomeadamente a desaceleração do consumo privado, ainda muito condicionado pelo endividamento e pela consolidação orçamental, mas que ainda assim verá um crescimento de 2,1 por cento em 2015.

O crescimento do consumo privado em 2014 foi de 2,2 por cento, um valor três décimas acima do que era esperado pelo BdP no Boletim Económico de Outubro, que previa que o consumo interno crescesse 1,9 por cento. No entanto, no horizonte de projecção até 2016, a instituição prevê um forte abrandamento da procura interna, que deverá chegar aos 1,0 e 1,6 por cento em 2015 e 2016, respectivamente.

Em matéria orçamental, o Banco de Portugal avisa que a estratégia desenhada para o próximo ano implica "riscos de execução não negligenciáveis", se forem levadas em linha de conta a "incerteza associada ao cenário macroeconómico" e as "limitadas" medidas do lado da despesa.

Do lado positivo: De realçar os progressos alcançados no reequilíbrio da economia, que se traduziu num excedente da balança corrente e no regresso ao crescimento económico (motivado pelas exportações, mas cada vez mais pelo consumo privado e investimento). O mercado de trabalho começou a apresentar melhorias e prevê-se que as condições do mercado de trabalho continuem a melhorar, nomeadamente com a manutenção de uma tendência de descida da taxa de desemprego e com o crescimento do emprego.

Do lado negativo: O sector empresarial continua altamente influenciável e os avanços para reduzir o nível de dívida do sector foram muitos lentos, o que resulta numa restrição à actividade de investimento.

TURISMO

Os países da zona euro tornam-se destinos mais apetecíveis para os turistas extra-comunitários, que tendo o dólar como a sua principal moeda, podem ver nestes países destinos mais atractivos ou aproveitar as suas férias de forma mais folgada.

❖ Portugal

A hotelaria nacional está optimista quanto ao próximo ano, prevendo um crescimento quer a nível das receitas como da taxa de ocupação, segundo o inquérito realizado pela Associação da Hotelaria de Portugal.

Os segmentos de aposta para 2015 serão os city/short breaks (citadino e estadias curtas), touring/cultural (turismo cultural) e sol e mar.

Quando questionados sobre os principais constrangimentos à sustentabilidade do negócio, as respostas recaem sobre os custos com utilities (água, gás, electricidade), quadro fiscal e dependência dos operadores online.

- Em 2014, pela segunda vez consecutiva, foi eleito o melhor país a visitar pela edição espanhola da revista Condé Nast Traveler.
- Foi votado melhor país europeu pelos leitores do jornal USA Today, e eleito o melhor destino de férias por avião, na Europa, nos Zoover Awards, que distinguem destinos e atracções turísticas, bem como alojamentos, em mais de 25 países.
- Foi escolhido como um dos melhores destinos de 2014 pela editora de guias de viagens Lonely Planet, surgindo na lista «best value», dos países onde há melhor relação qualidade/preço.
- A Rough Guides, destacou o país pelas mesmas razões, escolhendo como locais obrigatórios para visitar a Ericeira, a Feira de Barcelos, Monsaraz, o Convento de Cristo, em Tomar, o Castelo de Vide, Óbidos, o Bairro Alto e a Ribeira do Porto.
- O Algarve foi considerado este ano o melhor destino de Golf na Europa pela Associação Internacional de Operadores de Turismo de Golf (IAGTO, sigla em inglês).
- Lisboa entrou no top dos viajantes dos 25 melhores destinos do mundo, escolhidos pelos utilizadores do site TripAdvisor, e foi considerada a cidade com «melhor valor» na zona Euro pelo PostOffice do Reino Unido, tendo em conta o "City Costs Barometer 2014" (Barómetro de Custos das Cidades).
- O Porto foi considerado o Melhor Destino Europeu deste ano pela European Consumers Choice e entrou no top de 14 destinos para 2014 da operadora aérea britânica British Airways.
- O Alentejo foi escolhido pela revista National Geographic como um dos melhores destinos a visitar este ano.

- O arquipélago dos Açores foi distinguido como Destino Preferido em 2014 pelas Associações dos Agentes de Viagens e Operadores Turísticos Europeus (ECTAA, sigla em inglês).
- Portugal tem onze hostels entre os melhores do mundo, nos prémios "Hoscars", atribuídos pelo website de reservas Hostelworld.
- O Turismo de Portugal também venceu os World Travel Awards 2014, conhecidos como «Óscares do Turismo», na categoria de melhor organismo oficial de turismo europeu.

No âmbito das áreas sobre jurisdição das administrações portuárias proceder-se-á à desafecção de zonas não associadas a usos portuários e serão concretizadas concessões para a náutica de recreio e cruzeiros.

SECTOR DAS ÁGUAS

O ministro do Ambiente apresentou em Outubro de 2014 a reestruturação da empresa Águas de Portugal, provocando subidas e descidas de preços em vários municípios. As autarquias estão agora a discutir o plano com o Ministério do Ambiente e a reforma do sector das águas avançará em 2015.

A reestruturação do sector das águas vai reduzir o valor das tarifas cobradas aos municípios em 4,1 mil milhões de euros face aos atuais contratos de concessão, segundo o documento apresentado pelo ministro do Ambiente. O principal objectivo é resolver o problema do crescente défice tarifário da Águas de Portugal (AdP), que somava 564 milhões de euros no final do ano passado, e travar a dívida dos municípios às empresas do grupo que ascendiam, em 2013, a 560 milhões de euros.

A reestruturação do sector assenta essencialmente em fusões das empresas em alta (que fornecem água aos municípios) e agregações verticais ou horizontais em baixa (distribuição de água ao domicílio).

Segundo o Governo, a reestruturação permitirá salvar algumas empresas que estão actualmente insolventes, como é o caso da Águas do Norte Alentejano, Simlis, Águas do Centro, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Águas do Zêzere e Coa.

SECTOR AGRÍCOLA

A queda do preço do petróleo, a desvalorização do rublo e o possível encerramento das exportações russas de cereais geraram alarme nos mercados, o que provocou um aumento do preço de matérias-primas. Exceptuando o preço do trigo duro, que se manteve estável num nível elevado, depois das subidas contínuas dos últimos meses, o preço do resto dos cereais subiu, de acordo com a Associação de Comércio de Cereais e Oleaginosas de Espanha (ACCOE).

O sector agrícola ao longo de 2014 cumpriu os seus objectivos de crescimento, as exportações continuaram a crescer e assistimos a uma redução do défice da balança comercial de 560 milhões de euros (período de Janeiro a Outubro de 2014). Ao nível dos instrumentos de apoio ao sector, foi um ano muito importante, com a consolidação dos actuais instrumentos da Política Agrícola Comum (PAC) e o arranque do próximo quadro, estando Portugal no pelotão da frente dos países da União Europeia.

Segundo o Secretário de Estado da Agricultura, José Diogo Albuquerque: *“A antecipação do pagamento das ajudas directas em Outubro pelo terceiro ano consecutivo, inicialmente previsto para Dezembro de 2014, trouxe mais segurança aos agricultores e uma melhor execução orçamental. Também no PRODER a nossa meta era os 92% de execução e terminámos 2014 com 93%. Isto mostra que com uma gestão eficaz dos fundos comunitários o sector dá uma resposta rápida e muito positiva. No que diz respeito ao regime de transição estamos bastante satisfeitos, pois reforçámos fortemente o ritmo de análise de candidaturas, conseguindo analisar já cerca de 5.600. Este ritmo de análise será ainda reforçado em 2015, utilizando já as novas regras do PDR, garantindo assim a continuidade dos apoios. Houve um trabalho muito atempado na preparação do próximo quadro, com Portugal a ser um dos primeiros quatro países a ver o seu Programa de Desenvolvimento Rural aprovado e o primeiro país a abrir medidas no PDR 2020, logo a 15 de Novembro”*.

❖ Vinho

Nas regiões vitivinícolas do centro e norte do país, a produção reduziu 10%, sendo mais relevantes pelo volume em causa, as diminuições no Minho (-14%) e no Douro (-8%). Já a sul, um aumento de 9%, suportado na maior produção do Alentejo (+9%), Tejo (+17%) e Península de Setúbal (+22%), quase equilibrou a contabilização final.

A situação em Portugal contrasta com a Europa, onde as estimativas divulgadas por Bruxelas apontam para uma redução de 8% da produção, sendo de -18% em Espanha e de -15% em Itália. Também a OIV (Organização Internacional da Vinha e do Vinho) reportou recentemente uma estimativa de quebra mundial na ordem dos 6%.

Frederico Falcão, presidente do Instituto da Vinha e do Vinho, acrescenta que *“esta diminuição em Portugal é pouco significativa e vai contribuir para mantermos equilíbrio nos stocks e dar resposta à procura internacional que até Setembro registou um crescimento de 5% na exportação de vinhos engarrafados”*.

❖ Frutas e legumes

O sector exporta 38% da produção e factura cerca de 2,6 mil milhões de euros.

As exportações de frutas e legumes cresceram 26% nos últimos três anos.

Em 2015, Portugal será o parceiro oficial da maior feira mundial do sector: Fruit Logistika.

❖ Pescas

A quota de pesca global para Portugal vai aumentar 18% em 2015, face a este ano.

É nos carapaus que se regista a maior subida, de 67%, tendo sido ainda negociado entre os ministros das Pescas dos 28 um aumento de 14% no tamboril, de 10% no biqueirão e de 15% no lagostim.

A quota de bacalhau sofre uma redução de 3% e os totais admissíveis de capturas de pescada nas águas ibéricas foram reduzidos em 15%.

No entender de António Cabral, secretário-geral da Associação dos Armadores das Pescas Industriais, o sector vê agora o caminho aberto para continuar a investir e ser um elemento estruturante da economia do mar.

SECTOR SEGURADOR

Projecto Lei de não discriminação em função do sexo: A APS mantém a opinião de que o mesmo transpõe de forma insuficiente e inadequada aquela que foi a orientação da comunicação da Comissão Europeia sobre esta matéria, emitida à luz do acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia.

É mais restritivo do que a orientação da Comissão Europeia, porque estabelece uma proibição absoluta de utilização do género como factor de cálculo dos prémios e prestações.

Ao ser mais restritivo do que a orientação da Comissão, o projecto discrimina os seguradores a operar em Portugal, não só face aos seguradores que operam noutros mercados como, dentro do próprio mercado português, entre os que estão sujeitos à supervisão do ISP e os que não estão sujeitos a essa supervisão.

A proposta de orçamento do estado para 2015 agrava o peso da parafiscalidade associada aos seguros. No sector segurador são já cinco as taxas e impostos que o segurador é obrigado a cobrar aos tomadores de seguros, ora, a proposta de Orçamento do Estado para 2015 vem agravar expressamente uma destas taxas: a taxa para o INEM.

O agravamento dessa taxa é de 25% - passa de 2% para 2,5% sobre o valor dos “prémios ou contribuições relativos a contratos de seguros, em caso de morte, do ramo “Vida” e respectivas coberturas complementares e contratos de seguros dos ramos “Doença”, “Acidentes”, “Veículos Terrestres” e “Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor”, celebrados por entidades sediadas ou residentes no continente.

Isto significa que o custo dos seguros, mesmo sem haver alteração dos prémios, vai aumentar por efeito deste agravamento da taxa para o INEM.

O recuo do Estado Social pode trazer boas oportunidades ao sector segurador nomeadamente na área da saúde, onde se tem verificado um crescente interesse da população.

No campo da poupança e reforma destacam-se, na área dos particulares, os Planos Poupança Reforma (PPR), que têm feito um percurso notável no mercado nas últimas décadas e que já são conhecidos de todos os portugueses, em grande medida pelo sucesso dos PPR seguros, dadas as garantias de estabilidade e segurança que vêm oferecendo.

As empresas têm vindo a adequar as suas políticas de recursos humanos na área dos benefícios sociais, criando pacotes remuneratórios que conjugam várias soluções para responderem às verdadeiras necessidades dos seus colaboradores sem onerar o rendimento disponível. De destacar a área de seguros de capitalização, saúde, vida, etc.

SECTOR AUTOMÓVEL/TRANSPORTES

Só com o Imposto sobre Veículos (ISV) e o Imposto Único de Circulação (IUC), o Executivo prevê encaixar cerca de 875 milhões de euros, o que representa um aumento de 20% face a este ano. O sector aguarda pelas medidas da reforma da fiscalidade verde.

O secretário-geral da ACAP acredita que o ritmo do crescimento automóvel em 2015 será beliscado por estas alterações, recordando que as variações no próximo ano "vão ser menores" tendo em conta o ritmo de 2014. O IUC mantém tabelas que "penalizam bastante" o sector, sobretudo os carros a gasóleo, no qual se mantém a sobretaxa. Barata Pedro discorda deste aumento da carga fiscal num sector em que considera que a mesma "*já é muito elevada*".

A Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadoria (ANTRAM) reagiu às alterações propostas pelo Orçamento do Estado para 2015 tendo afirmado que o mesmo "*ficou muito aquém das expectativas e das necessidades do sector*".

A Associação Nacional de Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA) realça que o impacto do Orçamento do Estado "*é reduzido, sendo que com a reforma da fiscalidade verde é que surgirão as medidas mais polémicas para o sector*", de acordo com o secretário-geral Jorge Neves da Silva.

As empresas vão poder, a partir de Janeiro, deduzir o IVA nos automóveis eléctricos (100%), híbridos plug-in (100%) e a GPL (50%), cujo PVP não ultrapasse 50 mil euros.

Esse benefício, concedido no âmbito da Reforma Fiscalidade Verde, atribui a dedutibilidade, pela primeira vez, a viaturas de passageiros, pois, até agora, apenas as viaturas comerciais de até três lugares podiam reaver os 23% de IVA liquidados aquando da compra do veículo.

Vendas Veículos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Lig. Passageiros	213389	161013	223464	153433	95309	105921	142827
Com. Ligeiros	55404	38909	45669	34888	16011	18202	26199
Total Ligeiros	268793	199922	269133	188321	111320	124123	169026
Pesados Merc	5507	3213	3130	2664	1892	2392	3126
Pesados Pass	749	628	491	331	223	174	238
Total Pesados	6256	3841	3621	2995	2115	2566	3364
Total mercado	275049	203763	272754	191316	113435	126689	172390

A CCP e um conjunto significativo de associações (Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias – ANTRAM, Automóvel Clube de Portugal (ACP), Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis – ANAREC, Associação Automóvel de Portugal – ACAP, Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros – ANTROP), fizeram uma apreciação conjunta da reforma da fiscalidade verde tendo concluído que esta comporta apenas medidas de agravamento fiscal, sem que as mesmas sejam acompanhadas de qualquer reestruturação do complexo tributário não respeitando o princípio do equilíbrio e proporcionalidade, tendo solicitado a prorrogação da entrada em vigor. Pretende-se que esta seja acompanhada de medidas adicionais que salvaguardem o princípio da neutralidade fiscal.

Portugal deverá investir 5.103,8 milhões de euros em infra-estruturas até 2020. Esta é uma das conclusões do relatório final do grupo de trabalho para as infra-estruturas de elevado valor acrescentado.

O mesmo documento define um total de 30 projectos prioritários e considerados estratégicos para o sector logístico nacional – 18 destes projectos referem-se ao sector marítimo, oito ao ferroviário, dois ao rodoviário e dois ao aeroportuário. O documento final está disponível no site do grupo de trabalho em www.ieva.pt.

O sector ferroviário deverá receber a maior fatia dos investimentos, com 2,815 milhões de euros. Aqui, destacam-se como investimentos os projectos de conclusão do plano de modernização da Linha do Norte, da Linha da Beira Alta e de Cascais, bem como o corredor Aveiro-Vilar Formoso. A falta de electrificação de algumas zonas é tida como aspecto a considerar.

No caso do sector marítimo, com um investimento calculado em 1,595 milhões, destacam-se o novo terminal de contentores de águas profundas de Lisboa, a expansão do terminal XXI em Sines e a ampliação do terminal de contentores Sul de Leixões. O grupo aponta como constrangimentos actuais as *“deficientes condições de recepção de navios, limitações de capacidade e ligações inexistentes ou insuficientes linha férrea e plataformas logísticas”*.

No sector aéreo destaca-se a abertura de um novo terminal de carga no aeroporto de Lisboa. Neste ponto, são de salientar os projectos do novo terminal de carga da DHL em Lisboa e o projecto “Integrators – Fedex”, que visa melhorar a articulação logística nos aeroportos de Lisboa e do Porto. Segundo o documento, existe falta de espaço apropriado à instalação de infra-estruturas de empresas integradoras.

Por fim, no sector rodoviário são apontados constrangimentos na malha rodoviária nacional, congestionamentos de tráfego nos acessos às grandes cidades e sinistralidade. A conclusão do túnel do Marão e da ligação Coimbra-Viseu no IP3 são as duas medidas apresentadas.

É também apontada a falta de integração entre a rede ferroviária portuguesa e espanhola, a falta de concorrência nos portos e a falta de estratégia integrada para as principais infra-estruturas logísticas, no que aos aeroportos diz respeito.

Importa salientar que do valor total a investir, 61,4% (3.132 milhões) têm origem nos fundos comunitários, 28% (1.428,1 milhões) pelo Governo e 10,6% (543,6 milhões) pelo sector privado.

SECTOR IMOBILIÁRIO

❖ Crédito à Habitação

A quebra de preços no imobiliário foi artificial e gerada pela crise económica, nomeadamente pela retracção na concessão de crédito para aquisição de casa própria, mas os sinais que começaram a surgir no final de 2014 anunciam uma inversão deste ciclo e alguma recuperação para o sector.

O crédito à habitação tem vindo a crescer, satisfazendo crescentemente uma procura no segmento de aquisição de casa própria que nunca deixou de existir mesmo quando estava retraída, numa retracção em grande parte motivada pela dificuldade de acesso ao crédito.

O número de imóveis, revelado pelos números do INE, que foram transaccionados nos primeiros nove meses de 2014, quase 59 mil, é o mais elevado deste 2011, admitindo-se que o aumento das transacções imobiliárias em 2014 se situe acima dos 10 por cento.

❖ Vistos Gold

Em Novembro entraram no país 132 investidores estrangeiros no âmbito do programa dos vistos gold. Estes aplicaram 90 milhões de euros em imobiliário.

Apesar da polémica em torno do programa dos vistos gold, a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) revela que em Novembro foram captados mais 101 milhões de euros ao abrigo daquele programa. Do total, cerca de 90 milhões dizem respeito a investimento em imobiliário. O investimento total em território português ao abrigo dos vistos ascende assim a 1.177 milhões de euros, dos quais 91% correspondem a aquisição de património imobiliário.

❖ Crise na construção com sinais de abrandamento

Ao longo de 2014, os empresários da construção demonstraram confiança numa recuperação da actividade do sector, perspectivando uma situação mais favorável quanto à carteira de encomendas, ao emprego e à situação financeira das empresas.

De acordo com a mais recente análise de conjuntura da FEPICOP - Federação Portuguesa da Indústria da Construção, as contas nacionais trimestrais relativas ao terceiro trimestre de 2014 ainda apontam para a manutenção da evolução desfavorável do sector, mas confirmam que a contração da construção se foi tornando menos intensa ao longo do ano, traduzindo um abrandamento da crise.

O nível de actividade das empresas dedicadas à reabilitação urbana cresceu 18% em Novembro, face ao mês anterior. Há seis meses consecutivos que as carteiras de encomendas estão a aumentar.

❖ **IMT ultrapassa 400 milhões de euros pela primeira vez desde a crise**

A recuperação do mercado de compra e venda de casas e de terrenos em 2014 fez a receita do imposto municipal sobre as transações onerosas (IMT) ultrapassar a barreira dos 400 milhões de euros, o que acontece pela primeira vez desde que a crise se instalou. Os operadores antecipam novas subidas para 2015 e o Orçamento do Estado (OE) também espera que a antiga sisa renda mais.

De Janeiro a Novembro de 2014, o IMT gerou 448,1 milhões de euros, o que traduz uma forte recuperação do imposto face aos 385 milhões de euros previstos no OE e uma subida 29,4% em relação ao montante arrecadado no mesmo período de 2013.

❖ **IMI sem travão dispara em 2015**

Milhares de famílias portuguesas vão ter um aumento no valor do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – já a partir de Janeiro. Isto porque sem a cláusula de salvaguarda não há travão aos aumentos que o Estado pode cobrar em função da reavaliação do imóvel. Os proprietários denunciam casos de reavaliações que subiram o valor do imóvel – essencial no cálculo do imposto a liquidar – em 8000%. O sector antecipa que o IMI duplique ou mesmo triplique em 2015.

SECTOR ENERGIA

O Governo vai manter a contribuição extraordinária sobre o sector energético em 2015, prevendo um encaixe de 150 milhões de euros.

A contribuição extraordinária sobre o sector energético incide sobre a produção, transporte ou distribuição de electricidade; o transporte, distribuição, armazenamento ou comercialização grossista de gás natural; a refinação, tratamento, armazenamento, transporte, distribuição ou comercialização grossista de petróleo e produtos de petróleo.

No que se refere a quotas de mercado da electricidade, o volume da energia fornecida no mercado livre tem como players: a EDP na liderança com 30,3% nos grandes consumidores, 28,2% nos clientes industriais, 45,1% nos pequenos negócios e 81,4% nos domésticos, e uma quota de quase 46% do mercado liberalizado; a Endesa com 25,3% nos grandes consumidores, 27% nos clientes industriais e 19,2% nos pequenos negócios, soma 19,3% de quota total. A Iberdrola tem o segundo lugar da tabela em clientes industriais com 27% e em domésticos onde detém uma quota de 4,8%, igual à da Galp.

As tarifas de gás natural para os consumidores que ainda estão no mercado regulado vão ficar inalteradas no primeiro trimestre de 2015. Neste momento há cerca de 630 mil consumidores no mercado regulado. Outros 744 mil estão no mercado livre, pelo que não são abrangidos pela tarifa transitória.

❖ Eficiência Energética

O aumento da eficiência energética na indústria transformadora nacional é um objectivo que está cada vez mais próximo de alcançar.

Já existe um conjunto de iniciativas especificamente criado para ajudar os industriais a adequarem os seus equipamentos e processos a novas tecnologias e estratégias.

A generalidade das indústrias existentes em Portugal pode apoiar-se em medidas transversais, sendo estas as que proporcionam maiores efeitos em termos do aumento da eficiência energética para o conjunto da economia portuguesa.

No que respeita à eficiência energética, o [PNAEE 2016](#) prevê uma poupança induzida de 8,2%, próxima da meta indicativa definida pela União Europeia de 9% de poupança de energia até 2016. Os contributos na redução dos consumos energéticos estão distribuídos pelos vários sectores de actividade. O actual plano passa a abranger cinco áreas específicas:

- Transportes
- Residencial e Serviços
- Indústria
- Estado
- Comportamentos e Agricultura

Estas áreas agregam um total de 10 programas, com um leque de medidas de melhoria da eficiência energética, orientadas para a procura energética e que, de uma forma quantificável e monitorizável, visam alcançar os objectivos propostos.

SECTOR SAÚDE / BELEZA

Em 2015 o orçamento do Ministério da Saúde deverá aumentar 0,6%, face à despesa total estimada pelo Governo para 2014, para um total de 9.054,4 milhões de euros.

No sentido da redução dos custos para o Ministério mas também para os cidadãos, o Governo quer também que a quota dos genéricos possa chegar a uma fatia de 60% do volume do mercado total de medicamentos e prosseguir a aposta na promoção da saúde e da prevenção da doença.

Por fim, o Orçamento do Estado reforça o objectivo de concluir o processo relativo ao concurso para a construção do Hospital Oriental de Lisboa, que deverá concentrar os serviços hospitalares dos hospitais S. José, Santo António dos Capuchos, Santa Marta, Dona Estefânia, Curry Cabral e da Maternidade Alfredo da Costa.

❖ Higiene pessoal e cosméticos

O cuidado com o próprio corpo tem conquistado cada vez mais espaço no dia a dia de mulheres e também de homens.

O sector da cosmética em Portugal parece estar a passar ao lado da crise, visto que cresce em média 3% por ano e gera 900 milhões de euros, constituindo os salões de cabeleireiro e institutos de beleza 91% do total de empresas do sector.

SECTOR MEDIA / DIGITAL

O mais recente relatório da APCT voltou a apresentar uma quebra na circulação paga em papel dos títulos generalistas. O segmento digital contraria a tendência. Nos diários as maiores quedas percentuais são protagonizadas pelo Diário de Notícias, I e Jornal de Notícias.

Nas newsmagazines e nos semanários as contracções oscilam entre os 7 e os 11%. O Expresso está abaixo dos 80 mil exemplares de circulação paga, o Jornal de Notícias dos 60 mil e o Diário de Notícias ronda os 15 mil.

Vamos à análise mais detalhada. O Correio da Manhã continua em destaque na liderança, com 111.865 exemplares de circulação paga entre Janeiro e Outubro de 2014. Mesmo assim, o diário da Cofina caiu 2,72% face ao mesmo período de 2013. Entre os diários, a seguir ao Correio da Manhã surge o Jornal de Notícias com 58.556 exemplares de circulação paga (-10,32% face a Janeiro-Outubro de 2013) e o Público com 21.681 exemplares (-9,7%). Registaram quedas acentuadas o Diário de Notícias (-27%), que está agora nos 15.233 exemplares, e o I (-19%), que soma 4.079 exemplares.

Nas publicações semanais a tendência mantém-se. O Expresso regista uma circulação impressa paga 79.247 exemplares (-8,7%) e o Sol fixa-se nos 22.215 exemplares (-7,6%). Entre as newsmagazines, a Visão continua à frente, com 73.068 exemplares (-11,5%), enquanto a Sábado cai 10%, para os 54.489 exemplares.

PUBLICAÇÃO	CIRCULAÇÃO IMPRESSA PAGA		
	2013 (Jan-Out)	2014 (Jan-Out)	Variação
Correio da Manhã	114987	111865	-2,72%
Jornal de Notícias	65293	58.556	-10,32%
Público	24030	21.681	-9,78%
Diário de Notícias	20920	15.233	-27,18%
I Informação	5073	4.079	-19,59%
Expresso	86878	79.247	-8,78%
Sol	24051	22.215	-7,63%
Visão	82628	73.068	-11,57%
Sábado	60564	54.489	-10,03%

❖ MARKETING DIGITAL

Relativamente ao Marketing Digital é importante reflectir sobre o impacto que as tendências de 2014 terão nos anunciantes em 2015. Para estes, 2015 será um ano de interações cada vez mais personalizadas com os seus clientes, de alavancagem de ferramentas métricas mais exactas, e de abraçarem plenamente a rápida expansão mobile, no mundo inteiro.

O ano irá passar rapidamente e eis o que esperamos ver em 2015:

- 1.** Os dispositivos móveis continuarão a ganhar, cada vez mais, atenção dos consumidores. Esta alteração gerou novas rotinas nos consumidores e está a alterar a forma como nos relacionamos com/e experienciamos os media – mais escolha sobre o que vêem (mais imagens, notícias e vídeos, por exemplo), juntamente com a forma como compram e inúmeras formas inovadoras de descobrir produtos. A publicidade precisa, por isso mesmo, de se focar em chegar às pessoas neste novo espaço, criado por novas rotinas, através de experiências múltiplas, ao invés de se centrar apenas num local ou numa experiência.
- 2.** A publicidade digital deixará de ser mensurável para ser verdadeiramente contabilizável. As formas básicas de medição, como modelos de atribuição baseados em cliques, contam-nos apenas uma ínfima parte da história. Com mais escala, exactidão e novas ferramentas de medição, os anunciantes conseguirão perceber o que de facto funcionou e focar-se no que é verdadeiramente importante para os seus negócios: métricas de marca e vendas.
- 3.** Os negócios que apostarem numa abordagem mais personalizada sairão vencedores. Os anunciantes têm mais informação e ferramentas que lhes permitem desenvolver campanhas mais relevantes do que nunca. As pessoas, por seu lado, esperam que os anúncios que vêem sejam relevantes em todos os canais. Segundo o eMarketer, apenas 5% dos anunciantes do lado do cliente, no mundo inteiro, admitiram que estavam a personalizar consideravelmente.
- 4.** As mensagens tornar-se-ão, aos poucos, num elemento fundamental na forma como os negócios interagem directamente com os seus clientes. O diálogo em tempo real é importante para responder rapidamente às necessidades prementes dos clientes. À medida que houver cada vez mais pessoas a aderir à comunicação por mensagem, os negócios alterar-se-ão, aderindo a este novo canal de comunicação, que lhes permite manter um diálogo construtivo com empregados e clientes.
- 5.** O crescimento da população mundial está a ser conduzido pelos países com maiores taxas de crescimento e pelo seu mobile. A população mundial continuará a crescer na próxima década, mas a maioria desse crescimento não ocorrerá nos Estados Unidos. Está previsto que nos próximos três anos, a penetração de telefones móveis possa aumentar dos 61,1% para os

69,4% a nível global. À medida que as populações forem aderindo ao mobile, levarão consigo negócios e anunciantes.

Sinais positivos na circulação digital paga

As políticas promocionais de angariação de assinantes digitais estão a traduzir-se no reforço das assinaturas digitais pagas das publicações de informação geral na ordem dos dois e três dígitos. Segundo os dados do último relatório da APCT, entre Janeiro e Outubro de 2014 o Expresso conseguiu ultrapassar a fasquia dos 10 mil na circulação digital paga, sendo o primeiro meio português a obter esse desempenho. O jornal, no período em análise, atingiu as 12.225 assinaturas digitais pagas (+69% face a Janeiro-Setembro de 2013). A APCT faz a ressalva, a propósito do título da Impresa, que o preço da edição em papel inclui o valor de acesso à assinatura digital pelo que *“não é possível distinguir o preço efectivo associado às vendas digitais”*.

O Público chegou às 7.395 assinaturas pagas (+80%), a Visão às 4.246 (+95,9%) e o Jornal de Notícias às 3.130 (+213%).

Abaixo das 2.000, encontram-se o Courrier Internacional (1450 assinaturas) e o Diário de Notícias (1229). A Sábado situa-se nas 1.023.

Com valores mais residuais surgem títulos como o Correio da Manhã (229), Sol (30) e I (16). No período em análise, apenas as publicações da Cofina Sábado e Correio da Manhã viram as assinaturas digitais pagas caírem, respectivamente, 5% e 44%, entre Janeiro e Outubro de 2013 e o mesmo período de 2014.

SECTOR MARCAS / DISTRIBUIÇÃO

❖ MARCAS

As marcas que vão figurar no livro **Superbrands Portugal 2015** são:

American Express, Ambar, Avon, Bimby, BPI, Branca de Neve, Caixa Geral de Depósitos, Cartuxa, Clinique, Chicco, Continente, CTT, EDP, Expresso, Lidl, Millenium BCP, MEO, Mercedes, Montepio, Multibanco, Oriflame, Remax, RFM, RTP, Sapó, SIC, Sporting Clube de Portugal, Sport Lisboa e Benfica, Tranquilidade, TSF, Visão, Vista Alegre e Worten.

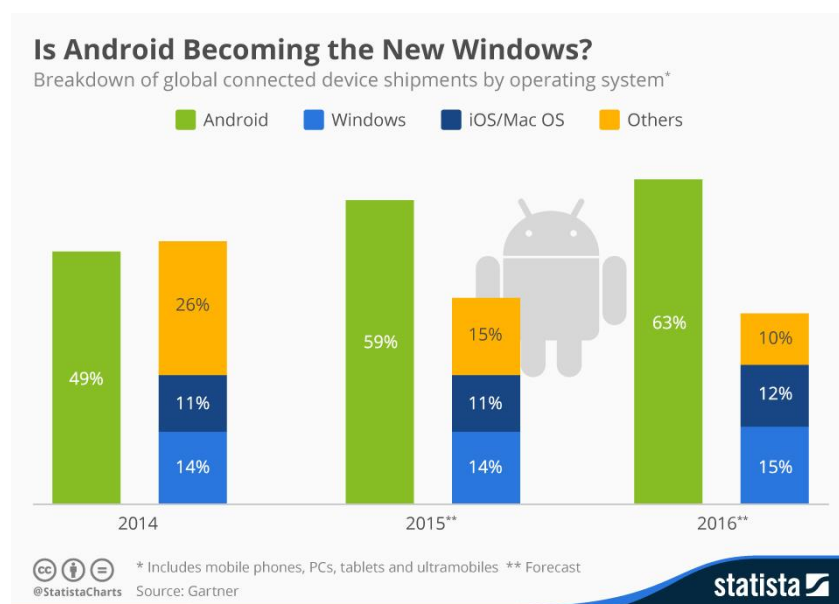
▪ WhatsApp

São já mais de 700 milhões as pessoas que utilizam o WhatsApp. A aplicação que permite a troca de mensagens atingiu um novo recorde de utilizadores ativos mensais, registando um crescimento de 16% desde Agosto. Em menos de um ano, a marca conseguiu conquistar cerca de 100 milhões de novos utilizadores.

▪ Android

De acordo com dados do site Statista, podemos ver que, actualmente, o sistema operativo da Google, o Android, assume a posição de líder de mercado com 49% de dispositivos expedidos, mais do que a Apple e a Microsoft juntas.

Para 2015 e 2016 prevê-se que o número de dispositivos Android continue a crescer e que em 2016 chegue aos 63%.



❖ DISTRIBUIÇÃO

O fenómeno das Promoções

Para 2015, o fenómeno das Promoções veio para ficar até porque não há sinais de que o consumo privado irá crescer de forma significativa.

Em 2014 cerca de 35% das vendas do sector resultam da actividade promocional, o que traduz um aumento face aos cerca de 30% divulgados em 2013.

As promoções estão a aumentar, sendo que, em 2011, representavam 25% das vendas, o que correspondia a cerca de 3,8 mil milhões de euros.

Já são 12 as categorias em que 55% ou mais dos consumidores fazem as compras com promoção, com destaque para os compradores de iogurte: 86,8% deles compraram pelo menos uma promoção este ano. Segue-se a categoria dos óleos, com 75%, e em terceiro as cervejas, com uma penetração das promoções de 65,3%.

Quanto a 2015, a APED teme a introdução de novas “*taxas e taxinhas*” e um aumento daquilo que chama de “*burocracia digital*”, que começou com a facturação electrónica e continuou com o pagamento da taxa de segurança alimentar, contestada nos tribunais pelas empresas do sector. Um exemplo de burocracia para 2015 será, segundo responsáveis do sector, a taxa a aplicar sobre os sacos de plásticos que entra em vigor em 2015.

Crescente procura de “Marca Branca”

Os produtos de “marca branca” (ou “do distribuidor”) apareceram em Portugal de forma mais estável na década de 80. Nesta época este tipo de produtos estavam associados a produtos de preço mais económico e de qualidade relativamente baixa.

No entanto, fruto dos novos processos de fabrico tecnologicamente mais avançados, as marcas brancas, que representam actualmente 25% do mercado, tornam-se numa importante alavanca das cadeias de distribuição. Hoje, as marcas da distribuição fazem parte do quotidiano dos consumidores portugueses e a sua presença no mercado demonstra que são bastante procuradas.

Outra forma de penetração no mercado protagonizada por estas cadeias de distribuição detentoras das “marcas brancas” é a oferta de produtos gourmet e/ou de selecção, numa

tentativa de evolução para outro patamar de qualidade, promovendo uma maior concorrência no mercado entre estas e as marcas tradicionais/dos fabricantes, oferecendo uma maior variedade de produtos de eleição para o consumidor.

Nessa medida, a Associação Empresarial de Portugal (AEP) determinou como critério (aceitável para a maioria dos economistas) um rácio igual ou superior a 50% de componentes nacionais no produto final, critério esse que impulsionou a campanha "Compro o que é nosso", através da qual os produtos ostentam um selo "nacionalista".

A somar a este critério foram definidos mais quatro:

- Empresa fabricante com sede localizada em Portugal;
- Marca registada em Portugal;
- Situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social;
- Cumprimento da legislação em vigor respeitante à Formação Profissional.

Morada:

Edifício Mythos - Av. D. João II, lote 1.16.2.1A, 4.º Piso
1990-095 Lisboa

Telefone:

00351 218 928 850

Email:

filipa.trigo@parceiros.pt

Website:

www.parceiros.pt